

# AS COMUNAS MEDIEVAIS ITALIANAS: CULTURAS POLÍTICAS E RELIGIÕES CÍVICAS

---

*Felipe Augusto Ribeiro*

“Cultura política” não é apenas uma expressão gratuita. Ela é também um conceito destinado a explicar um elemento bastante preciso da vida social: o comportamento político das pessoas. Quando o empregamos, precisamos ter consciência de que ele mobiliza uma série de outros conceitos, auxiliares, os quais, juntos, permitem formular compreensões mais holísticas sobre o comportamento político: imaginário, representação, ideologia, ação; quando nós falamos em “cultura política” nós abordamos os modos pelos quais os homens pensam, idealizam, projetam, sonham, praticam, fazem a política. E, sobretudo, nós inserimos a política no domínio da cultura, por entendermos que as duas esferas, afinal, não se separam jamais.

Do ponto de vista metodológico, há critérios para uma boa aplicação do conceito, que não pode ser entendido como uma panaceia que tudo explica. Primeiro, é preciso falar sempre em “culturas políticas”, no plural: sociedades complexas nunca têm somente uma cultura política, por mais que, dentre várias culturas existentes, possa haver uma hegemônica. O fato de que haja várias culturas políticas numa mesma sociedade nos conduz à segunda observação metodológica: as culturas políticas disputam o cenário público. Os seus elementos – símbolos, ideias, linguagens de ação – são que municiam seus agentes nas disputas pelo poder. Em terceiro lugar, devemos sempre lembrar que este conceito foi forjado para ler os comportamentos políticos das sociedades contemporâneas, então devemos sempre partir de uma pergunta básica: é possível falar de culturas políticas em sociedades antigas e medievais?

Essa é uma pergunta construtiva, a meu ver, porque ao fazê-la já estamos engendrando esforços para viabilizar a aplicação do conceito a outras temporalidades. Procurarei demonstrar esse exercício com um exemplo: as comunas medievais italianas.

As comunas foram regimes experimentados nas cidades italianas entre os séculos XII e XIV. Não é o caso de esmiuçar aqui as características e mecanismos de funcionamento dessa forma de governo, mas quando o assunto é “cultura política” uma observação se faz mister: assim como a democracia na Atenas clássica, a comuna nunca foi um regime unânime. Para além dos partidários de “regimes comuns”, amparados no “povo miúdo” (popolo minuto ou popolani, dependendo do jargão de cada cidade), sempre houve, por todas as cidades italianas quem continuasse defendendo formas aristocráticas ou mesmo monocráticas de governo. Nas sociedades em questão, portanto, havia várias culturas políticas circulando, e o fato de que várias cidades da Península Itálica (sobretudo em sua região central e setentrional) tenham sido governadas por comunas só mostra que os partidos dos “comuns” obtiveram uma série de vitórias que lhes permitiram tornar hegemônica a sua forma de governo, sem, contudo, que ela tenha podido deixar de se proteger contra tentativas adversárias de alterar o regime. Com efeito, dentro do período comunal nós podemos identificar, grosso modo, três momentos distintos, mostrando que mesmo a cultura comunal era heterogênea e se subdividia em subculturas distintas: a consular, que ainda preservava grande parcela da autoridade aristocrática; a podestatal, que sobrepôs aos consulados o arbítrio do podestà, magistrado quase sempre convocado ao serviço por uma aliança entre o clero citadino e o Papado; e, por fim, a fase popular, em que lideranças dos popolani emergem na cena pública, repartem o poder do podestà e passam a exercer, com ele, a “presidência executiva” dessas comunidades.

---

RIBEIRO, Felipe Augusto. AS COMUNAS MEDIEVAIS ITALIANAS: CULTURAS POLÍTICAS E RELIGIÕES CÍVICAS. *Cultura Política*. In: Sacralidades Medievais (site). Disponível em: <https://sacralidadesmedievais.com/textos-semanais>.

---

<https://sacralidadesmedievais.com/>



Só por essa curta descrição nós já podemos perceber um pouco dos traços e dinâmicas das culturas políticas: elas estão sempre apelando a alguma tradição – neste caso, a romana, chegando, inclusive, a imitar as suas magistraturas – e não são impermeáveis, ou seja, elas se transformam por meio de interferências recíprocas, afinal, se elas disputam o poder, é natural que haja, entre elas, concessões, trocas, pactos, ataques e reações. Toda cultura política, portanto, tem uma existência diacrônica, que se volta para o passado, e uma existência sincrônica, diluída em um meio sociocultural.

Outra característica fundamental de uma cultura política é o diálogo que ela estabelece com alguma religião ou qualquer outro modo de exercício da fé. Culturas políticas também são feitas de crenças e vividas por meio de ritos, cerimônias, liturgias, ainda que secularizadas. As cidades medievais não foram diferentes: sabemos que a separação entre Igreja e Estado, Política e Religião foi obra da Modernidade; nos mundos antigo e medieval a religião era coisa cívica porque pertencia à civitas, à cidade – também podemos dizer, sem medo de errar, que a religião antiga e medieval é política porque pertence à polis. Qualquer que fosse a religião (no caso em questão, tratamos do cristianismo católico, é claro), ela era vivenciada no âmbito circunscrito da cidade; as culturas cidadinas não podiam, portanto, deixar de ser religiosas. Para ser mais incisivo: as culturas medievais eram político-religiosas.

No período comunal italiano, o caráter religioso das culturas políticas cidadinas, longe de ser minimizado, só se reforçou. Para competir com as demais culturas, sobretudo aquelas suportadas pelos bispos, os “comuns” tiveram que construir uma sacralidade própria e enaltecê-la à exaustão. Eles escolheram a dedo seus patronos e intercessores e investiram muito dinheiro e energia na celebração de seus santos; os cidadãos carregaram com orgulho seus estandartes e fizeram de tudo para beatificar seus mártires. Afinal, uma das maneiras de defender e legitimar o regime era mostrá-lo mais piedoso que os concorrentes; era necessário convencer a opinião pública de que os comuns podiam ser tão zelosos com o sagrado (cuidar das igrejas, das relíquias, dos cultos) quanto os aristocratas. Assim, as comunas foram regimes de gestão não só da cidade, mas também da sua sacralidade, compreendida dentro do interesse ou da “coisa pública”. Por isso, ao contrário do que já se defendeu, as comunas não foram, em nada, regimes seculares; elas estão entre as formas de governo mais efusivamente religiosas que já se viu.

### **Para saber mais**

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília & ALL (orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

THOMPSON, Augustine. *Cities of God: the religion of the Italian communes, 1125-1325*. Pennsylvania: State University Press, 2005.

VAUCHEZ, André (org.). *La religion civique à l'époque médiévale et moderne (Chrétienté et Islam)*. Actes du colloque organisé par le Centre de recherche “Histoire sociale et culturelle de l'Occident. XIIe-XIIIe siècle”, de l'Université de Paris X-Nanterre et l'Institut universitaire de France (Nanterre, 21-23 juin 1993). Roma: École Française de Rome, 1995.

---

RIBEIRO, Felipe Augusto. AS COMUNAS MEDIEVAIS ITALIANAS: CULTURAS POLÍTICAS E RELIGIÕES CÍVICAS. *Cultura Política*. In: *Sacralidades Medievais* (site). Disponível em: <https://sacralidadesmedievais.com/textos-semanais>.

<https://sacralidadesmedievais.com/>

